

Plano Plurianual 2014-2017

Anexo I – Orientação Estratégica de Governo

1. Macro-objetivos de Governo

Este Plano Plurianual (PPA) de Unai para o período 2014-2017, intitulado **Unai 100%**, tem como premissa básica a necessidade de consolidação da autonomia econômica do Município e a melhoria da qualidade de vida de sua população urbana e rural. A reorganização administrativa interna dos poderes públicos estabelecidos, um novo direcionamento para a expansão urbana, somadas às ações políticas visando reduzir as desigualdades que marcam sua população, centradas na obtenção e no carreamento de investimentos públicos e privados para o Município, deve permitir a deflagração de uma fase sustentada de desenvolvimento economicamente justo, socialmente solidário e humano, elevando-a ao patamar de cidade moderna e sustentável, tanto no cenário regional, quanto no estadual e federal.

Dentre inúmeras preocupações, 4 macro-objetivos de governo orientarão a ação do governo municipal no período 2014-2017:

- 1) a realização de intervenções urbanísticas voltadas para a expansão ordenada da cidade e a ampliação das habitações de interesse social;
- 2) a efetiva construção de uma estrutura administrativa moderna, ágil e eficiente, que garanta a preservação do patrimônio e eficácia nos gastos do dinheiro público;
- 3) a redução dos desequilíbrios econômicos, sociais e espaciais do Município; e
- 4) a busca de investimentos produtivos para incremento da economia local.

2. Das Diretrizes

Macro-objetivo 1 - Realização de intervenções urbanísticas voltadas para a expansão ordenada da cidade e a ampliação das habitações de interesse social:

- 1.1. superação da ordem urbanística excludente, patrimonialista e predatória vigente, mediante aplicação de todos os instrumentos do Estatuto das Cidades;
- 1.2. revisão e atualização do Plano Diretor vigente, com a inclusão de toda a área do território municipal, com foco no estabelecimento de novas diretrizes

para a expansão urbana direcionada a garantir o direito à moradia das classes menos favorecidas;

- 1.3. incentivo aos proprietários de áreas rurais localizadas no interior do perímetro urbano e aos investidores imobiliários, para ampliação da malha urbana da sede e incrementar a produção e a oferta de novos lotes residenciais, comerciais e de serviços, dotados dos serviços completos de infra-estrutura; e
- 1.4. realização de obras viárias estruturantes, dotadas de iluminação pública, saneamento básico e sistemas de orientação de trânsito.

Macro-objetivo 2 - Efetiva construção de uma estrutura administrativa moderna, ágil e eficiente, que garanta a preservação do patrimônio e eficácia nos gastos do dinheiro público:

- 2.1. conquista de eficiência do gasto público, com ênfase no bloqueio de desperdícios e na construção da qualidade e da produtividade dos serviços a cargo da administração;
- 2.2. treinamento e capacitação de servidores para profissionalização nas carreiras e desempenho consciente de seu papel como agente fomentador do desenvolvimento local;
- 2.3. formação de recursos humanos com grau de conhecimento satisfatório para gestão dos sistemas de saúde, educação e das finanças públicas municipais;
- 2.4. aquisição de tecnologias aplicáveis à execução de trabalhos burocráticos para permitirem a manutenção compatível entre o número mínimo de servidores e as necessidades básicas de cada setor;
- 2.5. valorização da carreira do magistério municipal segundo as diretrizes estabelecidas pelo Fundeb, objetivando que sua remuneração atinja as metas de elevação salarial dos demais profissionais de nível superior;
- 2.6. incentivo à participação popular e ao controle social;
- 2.7. fomento à transparência pública; e
- 2.8. fortalecimento das relações de cooperação intergovernamental;

Macro-objetivo 3 - Redução dos desequilíbrios econômicos, sociais e espaciais do Município:

- 3.1. criação de novas oportunidades de ocupação da força de trabalho, formação profissional dos jovens para ingresso na área da produtividade agrícola e daquelas que demandem conhecimento na área da informática, elevação do número de habitantes com formação de nível superior com a consequente elevação do grau de escolaridade da população;
- 3.2. fortalecimento da base de infra-estrutura das regiões de Garapuava, Palmeirinhas, Pedras de Marilândia, Ruralminas, Santo Antônio do Boqueirão, Funil e Chapada, especialmente com a melhoria das unidades escolares e de saúde. Expansão da rede de energia elétrica e de comunicações – inclusive a telefonia móvel – bem como a melhoria das rodovias, estradas vicinais e ramais, para reduzir o atual isolamento e permitir uma exploração econômica mais produtiva de pequenos e médios produtores;
- 3.3. ampliação da disponibilidade dos serviços básicos de saúde da família para melhoria do atendimento da população na própria residência. Aperfeiçoamento do atendimento de urgência e emergências médicas para aumentar a resolutividade atual. Adequação de ambientes hospitalares e ambulatoriais à crescente demanda interna e externa;
- 3.4. reestruturação dos serviços de coleta e destinação dos resíduos sólidos da sede e dos núcleos rurais para os padrões ambientalmente aceitáveis; e
- 3.5. incentivo ao trabalho e à produtividade do pequeno, do médio produtor e do trabalhador rural, com apoio aos programas de outras esferas governamentais para acesso à terra dos agricultores dela desprovidos;
- 3.6. melhoria das condições de vida das famílias de baixo poder aquisitivo e em situação de risco social, no que concerne à habitação, alimentação, saneamento, assistência social e acesso aos serviços urbanos;
- 3.7. ampliação do ensino infantil e fundamental, concentrando esforço no processo de alfabetização e na qualidade do ensino;
- 3.8. disponibilização de maior quantidade de vagas em creches para atender crianças de 0 a 3 anos e às mães trabalhadoras.

Macro-objetivo 4 - Busca de investimentos produtivos para incremento da economia local:

- 4.1. levantamento para divulgação através de imagens e textos das potencialidades agro-econômicas como atrativo de investimentos do capital privado passíveis de contribuir na estruturação de um pólo multiprodutivo;
- 4.2. divulgação das potencialidades econômicas e do distrito industrial municipalizado, objetivando atrair capitais e novos empreendimentos da iniciativa privada;
- 4.3. favorecimento de setores agro-industriais para o efetivo estabelecimento de atividades geradoras de emprego e renda através de isenção de tributos por prazo determinado, e outras vantagens suportáveis e compensatórias;
- 4.4. ênfase na educação profissionalizante, para especialização de mão-de-obra voltada para o segmento do agronegócio e agroindústrias; e
- 4.5. ampliar a parceria com o sistema 4S para incentivar o empreendedorismo em serviços, comércio e pequenas indústrias.

3. Da Alocação dos Recursos

O Plano Plurianual (PPA) para o período 2014-2017 terá também como prioridades, pelo seu caráter consolidador, o investimento em infra-estrutura urbanística e a capacitação de recursos humanos. A alocação de recursos municipais nessas duas áreas será direcionada preferencialmente para os aglomerados urbanos, carentes de investimentos modificadores da situação de estagnação e concentração preexistentes.

Sob o aspecto setorial, as prioridades serão dadas da seguinte forma:

- na área de habitação, a alocação de recursos do Município será orientada preferencialmente para ações das quais resultem respostas imediatas na ampliação da oferta para redução do déficit habitacional que se verifica, e melhoria substancial nos serviços colocados a disposição da população;
- nas áreas de educação e saúde, a alocação de recursos do Município será orientada preferencialmente para ações das quais resultem respostas imediatas na ampliação da oferta dos serviços colocados a disposição dos usuários, com busca permanente da qualidade desejada no atendimento e ampla resolutividade;
- na área de mobilidade, os recursos serão destinados prioritariamente para a qualificação dos acessos à sede e recuperação planejada da malha de rodovias e estradas vicinais, eliminando obstáculos que garantam o tráfego em qualquer estação do ano.

Secundariamente, serão destinados recursos para construir um novo Plano para o Sistema Municipal de Transporte Coletivo Urbano e Rural e sua imediata concessão à iniciativa privada. Também serão adotadas medidas para o zoneamento pago de áreas de estacionamento de veículos no centro comercial da cidade.

- na área da industrialização, os recursos serão destinados preferencialmente para inversões em infra-estrutura de suporte, capacitação de mão-de-obra e habilitação de recursos humanos, e na renúncia fiscal em favor da atração de investimentos geradores de emprego e renda;
- na área da agricultura, a alocação de recursos se fará prioritariamente para recuperação de áreas degradadas de pastagens, aquisição de técnicas e mecanização da produção dos agricultores familiares, bem como o reassentamento de trabalhadores rurais e sua capacitação para produção de alimentos e renda, além da busca do estabelecimento de um pólo agro-industrial multidiversificado;
- na área ambiental, a alocação dos recursos deve ser direcionada aos investimentos para preservação das fontes naturais, fomento para a recomposição de matas ciliares de nascentes e cursos d'água, e na ampliação dos setores fiscais da Prefeitura, visando preservar e garantir reservas destinadas à irrigação e ao consumo humano;
- na área de desenvolvimento social, os recursos devem ser aplicados em favor do amparo aos setores mais carentes da população municipal sob a orientação do conselho próprio, e ao apoio da formação de entidades não governamentais voltadas para atuação junto aos segmentos populacionais em situação de risco.

4. Objetivos e Metas da Ação Governamental

Os objetivos e as metas, apresentados de forma setORIZADA, estão estruturados por áreas temáticas e por projetos e atividades.

4.1. Infraestrutura Econômica

Para suprir as falhas na infraestrutura básica, o governo municipal terá como prioridade a alocação de recursos próprios e a busca de parceria junto aos órgãos do governo estadual e federal, para dotar o Município de serviços e obras mínimos para alavancar seu desenvolvimento.

Os principais objetivos para o período 2014-2017 são os seguintes.

Na área dos **transportes**:

- levantamento do Plano Rodoviário do Município, objetivando a necessária identificação, extensão e função de cada rodovia, estrada vicinal e ramais derivados situadas no território municipal;
- formação de uma frota de equipamentos e máquinas rodoviárias desdobrada em patrulhas regionais, para execução do plano geral de recuperação e manutenção pontual das rodovias, estradas vicinais e logradouros municipais;
- construção e recuperação de pontes, pontilhões e mata-burros em concreto e aço, para acesso às pequenas propriedades e reintegração de áreas abandonadas da zona rural;
- melhorias nas rodovias municipais, especialmente as de acesso às sedes de distrito, interligando as rodovias pavimentadas que dão acesso à sede municipal, incluindo execução de obras de drenagem, artes correntes e revestimento primário;
- conservação e manutenção adequadas do revestimento primário – incluindo alargamento, drenagem, obras de arte corrente – das estradas vicinais de escoamento da produção leiteira e agrícola, com apoio estratégico aos ramais de acesso de propriedades produtivas de leite;
- concessão à iniciativa privada do transporte coletivo entre os assentamentos e a sede do Município em linhas intramunicipais a serem estabelecidas;
- gestões políticas visando a interligação viária da BR-251 ao trevo de acesso à Rodovias Estaduais MG-188 e LMG-628, incluindo construção da 2ª ponte sobre o Rio Preto, no setor norte do perímetro urbano;
- pavimentação da estrada municipal de acesso ao Condomínio Rural Rio Preto (chácaras Rio Preto), ETA, até o Aterro Sanitário; e
- Revitalização/adequação/ampliação do aeroporto municipal Rosival Hormidas Ulhoa, dotando-o de terminais de embarque para passageiros e cargas.

Na área de **energia e iluminação**:

- expansão e instalação de novas linhas de transmissão para pequenos produtores nas regiões de assentamentos rurais e outros núcleos, com aproveitamento de projetos específicos do governo federal para o setor, incluindo o uso de fontes alternativas;
- expansão e ampliação da rede de iluminação pública e de distribuição para áreas periféricas das zonas urbanas da sede e demais núcleos urbanos da zona rural;

- gestões junto ao governo estadual e à concessionária para disponibilização de potência adequada para atender as necessidades dos projetos de irrigação e industrialização; e
- padronização de luminárias das principais vias públicas de acesso aos bairros e especialmente da Rua Nossa Senhora do Carmo, com emprego de braços e lâmpadas mais eficientes e econômicos.

Na área de **comunicações**:

- gestões junto à concessionária de telecomunicações para ampliação de telefonia móvel e fixa, visando permitir a instalação de terminais de acesso de uso privado, residenciais e comerciais e de uso público, na sede do Município e nos povoados;
- instalação de postos telefônicos e de correios agenciados nos núcleos rurais;
- melhorias nos serviços de correio dos núcleos rurais, com disponibilização de uma gama maior de serviços requeridos pelos usuários em Mamoeiro e Santa Clara;
- apoio à entidade civil local para instalação de uma rádio comunitária no bairro Mamoeiro e periferia;
- instalação de sistemas de monitoramento de tráfego e vigilância de vias e logradouros em apoio aos órgãos e serviços de segurança pública; e
- disponibilizar Internet gratuita, para conexões de banda larga.

Na área de **serviços bancários**:

- gestão junto a bancos oficiais e estabelecimentos comerciais privados para viabilizar a instalação de postos e correspondentes bancários, com autonomia para efetuar recebimentos e pagamentos, e conduzir operações de crédito, poupança e outras linhas de serviços bancários, no bairro Mamoeiro e em vilas e povoados.

4.2. Recursos Hídricos

O Município é bem servido de recursos hídricos, ainda preservados e despoluídos. Na área do planalto, o aproveitamento dos mananciais como fonte para irrigação dos empreendimentos agrícolas é fato inconteste, cabendo ao governo municipal um gerenciamento que coíba a poluição e garanta o uso adequado. Nesse sentido, atuará em parceria com órgãos estaduais e federais no controle de sua utilização pelos produtores, de forma a permitir o uso racional e a preservação das nascentes. A alocação dos recursos nesta área deve ser direcionada para a

inalteração e preservação das microbacias, e para áreas em que haja déficit do balanço hídrico como barreira ao desenvolvimento agropecuário.

Os principais objetivos para o período 2014-2017 são os seguintes:

- levantamento técnico real da disponibilidade de recursos hídricos em todo o território do Município, e estabelecimento de plano diretor do uso adequado, com previsão dos problemas e riscos a serem evitados;
- apoio à criação de comitês de microbacias para preservação e proteção das cabeceiras, veredas e matas ciliares, bem como incentivo direto aos usuários à adoção de práticas sustentáveis de uso dos solos e controle de fontes de poluição;
- ações diretas para reservação e armazenamento de água pluvial em pequenos açudes e barragens, para facilitar a irrigação e visando o aumento do rebanho, especialmente de gado leiteiro; e
- apoio na execução de obras de curvas de nível, em áreas agricultáveis com risco de erosão.

4.3. Agricultura

A agricultura no Município convive com duas experiências distintas, como marca de desequilíbrio espacial e social: no planalto uma agricultura comercial, assistida por créditos bancários, plenamente integrada ao mercado, embora a exploração esteja aquém das possibilidades produtivas; de outro lado, numa parte do planalto e na maior parte das planícies, pratica-se uma agricultura de subsistência, marginalizada do processo de desenvolvimento e pouco capacitada técnica e economicamente, embora se desenvolva uma pecuária de corte e leite de alto padrão e rendimento.

A alocação de recursos na área se fará prioritariamente para: aquisição de novas tecnologias de produção e assistência técnica direta aos produtores, o reassentamento de trabalhadores rurais e sua capacitação para produzir alimentos hortifrutigranjeiros, apoio à gestão das formas associativas e comunitárias de produção.

Os principais objetivos para o período 2014-2017 são os seguintes:

- implantação e consolidação de novos projetos de assentamento em parceria com a União e entidades representativas dos beneficiários, para possibilitar o acesso de trabalhadores rurais locais à terra;

- promoção do aumento da eficiência, da competitividade e da melhoria da qualidade da produção agropecuária e das condições de vida dos lavradores, mediante ações conjugadas na área de extensão rural, educação e profissionalização de produtores e trabalhadores rurais;
- introdução de novas culturas alternativas, especialmente voltadas para o abastecimento e exportação de hortifrutigranjeiros, dotada de técnicas modernas para a produção em todas as estações do ano;
- proporcionar aos produtores interessados o acesso à assistência técnica, associativismo rural, sementes melhoradas e outros insumos, bem como apoiar o melhoramento genético dos rebanhos; e

4.4. Indústria e Comércio

A ação governamental nesta área, ao lado de oferecer estímulos para atrair capitais produtivos para o território do Município, e a par da proximidade de um mercado de consumo avantajado como a capital do país, apoiará o estabelecimento de novos empreendimentos, especialmente as micro e pequenas empresas voltadas para a transformação e comercialização da produção agropecuária local.

Os principais objetivos para o período de 2014-2017 são os seguintes:

- apoio à instalação de micro e pequenas empresas no distrito industrial e fomento às atividades artesanais, visando a desconcentração da atividade econômica, geração e criação de novos empregos;
- atração de investimentos privados para novos empreendimentos agropecuários;
- estímulo ao estabelecimento de empresas comerciais, industriais e de serviços no território do Município, com redução ou renúncia de carga tributária municipal, e doação de áreas urbanizadas específicas para instalação de projetos que gerem emprego e renda a curto prazo;
- estabelecimento de cursos preparatórios para especialização de mão-de-obra, especialmente nos setores da agroindústria e da informática; e
- incentivo à organização de entidade de classe, como meio de alcançar a difusão das experiências individuais, integração ao mercado regional, fomento a novas iniciativas e investimento de capitais próprios.

4.5. Turismo

As ações do Governo procurarão garantir um aproveitamento do potencial da atividade turística no âmbito do território municipal para geração de divisas, criação de empregos e geração de renda. A meta é tornar o produto turístico municipal conhecido nacional e internacionalmente, mediante a divulgação de imagens, textos, e disponibilização de informações sobre as belezas cênicas e recursos naturais existentes por todos os meios disponíveis. O desenvolvimento de um programa integrado de turismo e ecoturismo serão objetos de atuação governamental. Conta-se com a participação e parcerias da iniciativa privada para a construção da infra-estrutura de apoio aos visitantes.

A alocação de recursos na área deve ser orientada preferencialmente para o planejamento, a capacitação de recursos humanos, a divulgação do potencial turístico e a atração de investimentos para o setor.

Os principais objetivos para o período de 2014-2017 são os seguintes:

- levantamento e identificação precisa das potencialidades turísticas, e estabelecimento de um plano de utilização, visando obter e manter o certificado específico de “Município Turístico” junto à Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), ponto de apoio para se alavancar investimentos para o setor;
- ordenamento e desenvolvimento da atividade turística com apoio especializado de órgãos do governo estadual e federal e coordenação mediante parceria com a iniciativa privada;
- treinamento e qualificação profissional de recursos humanos para atuação como agentes locais; e
- promoção de ações sistemáticas de marketing turístico em nível nacional e internacional.

4.6. Meio Ambiente

As ações do governo nesta área limitar-se-ão a estratégias de uso dos recursos naturais com adoção de medidas de preservação, gestão ambiental participativa e parceria com órgãos estaduais e federais que atuam no setor. Neste aspecto, somam-se às ações programadas para a área de Agricultura.

Os principais objetivos para o período de 2014-2017 são os seguintes:

- promoção da educação ambiental mediante difusão da gestão sustentável dos recursos naturais, através da divulgação e uso de técnicas pedagógicas no âmbito das escolas municipais, disponíveis para a população de forma geral;
- promoção de parceria entre o poder público e a sociedade civil, dispensadores de atenção para conservação da diversidade biológica local, inclusive com incentivo à formação de entidades preservacionistas de caráter não governamental no território do Município;
- implementação de conselho municipal específico, para gestão, fiscalização e proposição de políticas públicas para o setor; e
- criação de Parque Linear (Unidade de Conservação – Brejinho e Barroca).

4.7. Desenvolvimento e Assistência Social

A atuação governamental neste setor será orientada para a melhoria da qualidade de vida e redução de desigualdades sociais aqui existentes. Além da preocupação com a eficiência, a eficácia e a equidade na alocação de recursos públicos na área da seguridade (assistência social, e saúde), bem como nos setores da educação, saneamento básico, habitação, desenvolvimento urbano e trabalho, o governo procurará descentralizar as ações, além de incentivar e permitir a participação da sociedade na condução de iniciativas na área.

Os principais objetivos para o período 2014-2017 são os seguintes.

Na área da **assistência social**:

- prestação, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), dos serviços de proteção social básica, sendo de suma importância os serviços de proteção e atendimento integral à família (PAIF) e o de convivência e fortalecimento de vínculos, que devem contribuir para: (a) fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida; (b) prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; (c) promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social; (d) promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos; e (e) apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares;
- Oferta, por meio do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), de serviços de proteção social especial de média complexidade, sendo relevante os

serviços de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), o especializado em abordagem social, o de proteção social a adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa de liberdade assistida (LA), e de prestação de serviços à comunidade (PSC), o de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e o especializado para pessoas em situação de rua, que devem contribuir para: (a) atender violações de direitos de indivíduos/famílias sem rompimento de vínculos; (b) apoiar, orientar e acompanhar famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos, mas que ainda possui vínculo familiar e/ou comunitário; (c) atender com fulcro no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias; (d) articular com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços socioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD); e (e) intervir no sentido de restaurar o direito violado;

- Oferta, através de serviços de proteção social especial de alta complexidade, sendo relevantes os de acolhimento institucional, nas modalidades de casa lar, acolhimento em república, acolhimento em família acolhedora e proteção em situações de calamidades públicas e de emergências, que devem contribuir para: (a) acolher crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a partir de definição judicial, a fim de garantir proteção integral; (b) acolher famílias e/ou indivíduos em situação de calamidade pública e emergencial, de forma provisória, em caráter descontínuo vez que superadas calamidade pública e/ou situação emergencial de risco, violação e/ou vulnerabilidade, o serviço não se justifica; (c) atender de forma personalizada e em pequenos grupos, favorecendo o convívio familiar comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local; e (d) funcionar em unidade inserida na comunidade com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando o desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

Na área da **saúde**:

- apoio à construção na sede municipal de unidade de diagnóstico e tratamentos na área de oncologia;
- ampliação das instalações das unidades de saúde existentes e complementação de seu aparelhamento;
- treinamento e habilitação de recursos humanos para atenção integral à prevenção;
- ampliação dos Programas de Saúde da Família (PSF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS) para atender a integralidade da população;

- participação em consórcios regionais de saúde para obter um sistema de referência e contra-referência adequado, em favor do atendimento da população alvo;
- reforço e modernização da área de vigilância sanitária;
- redução da incidência e prevalência de doenças transmissíveis, particularmente as endêmicas;
- redução da taxa de mortalidade infantil para percentuais aceitáveis e abaixo da média nacional, compreendendo: (a) promoção da vacinação de 100% da população menor de 5 anos com vacina tríplice, BCG, antipoliomielite e anti-sarampo; e (b) redução da desnutrição, causa básica associada à grande parte dos casos de morte na infância, mediante atendimento direto a crianças desnutridas e gestantes em risco;
- implementação de ações complementares para o sistema de saneamento existente visando proteger e melhorar as condições de vida e saúde, tanto no meio ambiente urbano quanto nas comunidades rurais existentes;
- implementação de novos métodos de combate ao risco da dengue, sob o foco da vigilância de possíveis portadores do vírus;
- criação de parcerias para melhoria no atendimento ambulatorial e de urgências; e
- implementação de sistema itinerante para levar atendimento de saúde em bairros afastados, núcleos e assentamentos da zona rural.

Na área da **educação**:

- ampliação e melhoria da qualidade de atendimento educacional às crianças de creche e pré-escolar (0 a 5 anos) e do ensino fundamental, bem como a jovens e adultos que não concluíram este nível de ensino;
- construção de unidades escolares polarizadoras no bairro Santa Clara, específica para nucleação do aluno oriundo das regiões rurais próximas, e ampliação de vagas do ensino pré-escolar e fundamental;
- garantia de melhores condições educacionais aos alunos do ensino fundamental nos povoados e de transporte ao alunado dos núcleos rurais e outras comunidades rurais;
- distribuição gratuita de material didático e pedagógico aos alunos das escolas públicas municipais;

- execução de política de valorização do magistério do ensino infantil e fundamental, incluindo a revisão do plano de carreira, objetivando dobrar o salário médio do docente;
- gestões para implantação e manutenção de pólo de informática nas escolas municipais e centros de educação infantil;
- ampliação do acervo bibliográfico nas escolas municipais;
- preparo e distribuição de suplementação alimentar no âmbito das escolas municipais;
- disponibilização de ações preventivas e curativas na área da saúde do educando, com assistência médica, psicológica, e odontológica;
- aparelhamento das escolas com equipamentos indispensáveis e diversificados para auxiliar no processo ensino-aprendizagem;
- construção de quadras poliesportivas nas escolas municipais situadas na zona rural;
- implantação de unidades escolares para atendimento ao ensino fundamental integral;
- aquisição de terreno e criação de escola fazenda, atendendo às crianças e adolescentes com formação e aprendizagem em agropecuária, com estudos regulares nos ensinos fundamental e médio; e
- construção e aparelhamento do Complexo Esportivo da Educação (CEE).

Na área de **saneamento**:

- elaboração imediata dos Planos de Saneamento Básico e de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos;
- ampliação das atividades da autarquia municipal, para que seja responsável pela prestação, com qualidade, de todos os serviços urbanos de saneamento;
- implantar efetivamente o sistema reverso de coleta seletiva, apoiando entidades e organizações não governamentais;
- erradicar os lixões das sedes e povoados, com a implantação definitiva de aterros controlados e do aterro sanitário para a destinação final dos resíduos sólidos de todo o território municipal.

- ampliação da rede de esgotamento sanitário do perímetro urbano da sede, incluindo a construção dos emissários para o setor norte e sul da cidade;
- início da instalação de sistemas de esgotos nos povoados, incluindo as estações de tratamento;
- melhorias no sistema de captação, reservação e distribuição de água potável com a implantação de estação modular de tratamento de água em vilas e povoados;
- universalização dos serviços, garantindo o atendimento, em nível essencial, a todas as famílias; e

Na área da **habitação**:

- implementação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para cumprimento das metas do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social;
- estruturação da legislação municipal sobre obras e de fiscalização das construções, com a flexibilização dos métodos de licenciamento de residências, diminuindo taxações e demais obrigações de encargo do cidadão, para facilitar o acesso à moradia regularmente registrada;
- disponibilização gratuita de projetos técnicos padronizados para residência unifamiliar;
- formulação de programa para documentação e registro de moradias nas zonas urbanas, buscando dar condições mínimas de dignidade, segurança e conforto a população de baixo poder aquisitivo; e
- desenvolvimento de ações junto aos organismos de financiamento da habitação de outras esferas de governo para obter a construção de conjuntos habitacionais na sede do Município e nas vilas, com um mínimo de 2000 unidades, visando suprir parte da demanda atual.

Na área do **desenvolvimento urbano**:

- estruturação de legislação municipal sobre uso e ocupação de solo urbano, de forma a propiciar crescimento ordenado e sem gerar encargos aos cofres públicos;
- melhorias na gestão dos serviços urbanos básicos nas áreas de saneamento, habitação, saúde, educação e segurança pública;

- melhoria no aspecto geral das zonas urbanas da sede do Município e dos povoados, com execução de obras de ajardinamento, drenagens, iluminação pública, pavimentação de vias e logradouros, e serviços de limpeza regulares;
- regularização fundiária e mobiliária, com adoção de medidas necessárias ao fornecimento de documentos de propriedade aos atuais detentores de casas sem plantas ou averbação no cartório de registro;
- apoio material aos órgãos estaduais de promoção da segurança pública, justiça e cidadania no território do Município; e
- disponibilização de meios adequados para instalação, na sede do Município, de representações do serviço público estadual e federal em todas as áreas possíveis.

Na área do **desporto**:

- difusão e financiamento da prática de atividades esportivas;
- promoção de iniciativas que permitam a integração da criança, do adolescente, da pessoa com deficiência e do idoso, em práticas desportivas;
- estabelecimento de programas de capacitação de recursos humanos para disseminação da prática correta dos jogos e de suas regras oficiais;
- construção de equipamentos de lazer e práticas desportivas para universalizar o acesso;
- incentivar a participação de equipes locais em disputas regionais e estaduais;
- execução de obras de infra-estrutura em campos de futebol, especialmente com a implantação de gramados e outros equipamentos; e

4.8. Administração Pública

Nos próximos quatro anos, o governo municipal intensificará os esforços para que a gestão pública tenha eficiência, capacitando a administração municipal para formular e executar políticas públicas em bases modernas e eficientes, evitando por todos os modos cair na degradação dos serviços públicos que impera no país.

Os principais objetivos para o período 2014-2017 são os seguintes.

Na área de **planejamento e administração pública**:

- definição do papel e das competências de cada secretaria de governo, da própria administração municipal, e descentralização do processo de execução para melhorar a alocação de recursos e o compartilhamento de suas responsabilidades com as demais esferas de governo;
- instrumentalizar a corregedoria interna para atuação sistemática no aperfeiçoamento do cumprimento das obrigações dos servidores, capacitando seus membros para condução de processos disciplinares capazes de identificar e afastar servidores ineptos e inaptos;
- implantação gradativa de atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações governamentais, pela capacitação técnica e gerencial dos servidores efetivos;
- incentivo à autonomia das unidades consultivas, para capacitá-las ao processo de diagnósticos de suas áreas específicas, visando efetuar proposição de gestões públicas eficazes;
- capacitação sistemática e permanente de recursos humanos, com sistema de incentivo por mérito e eficiência e avaliação de desempenho semestral, adotando procedimentos especiais para formalizar a aquisição da estabilidade ao final do estágio probatório;
- desconcentração, descentralização e adequação da infra-estrutura física, inclusive informatização, necessária ao bom desempenho das funções do Poder Executivo; e
- formação da guarda municipal, para vigilância do patrimônio público e serviços de segurança em unidades escolares, de saúde, eventos, etc.

Na área do **desenvolvimento regional**:

- participação em organismos e instituições multigovernamentais formados em nível de Região Noroeste e do Entorno do Distrito Federal, e municipalistas de âmbito estadual e federal, para mútua colaboração e cooperação técnico-institucional; e
- integração aos consórcios que forem estabelecidos para propiciar melhorias nos sistemas de atendimento de necessidades básicas comuns da população, especialmente na área da saúde e na destinação de resíduos sólidos.

Na área da **defesa judicial e extrajudicial** do Município:

- garantia do adequado patrocínio dos interesses do Município nos fóruns diversos, com privilégio para o fórum da Comarca de Unai.

Na área **fiscal e fazendária**:

- fortalecimento da capacidade operacional e normativa da secretaria de fazenda do Município, visando alcançar controle do cumprimento voluntário das obrigações tributárias, bem como evitar e reduzir a evasão fiscal;
- construção de uma gestão financeira municipal com instrumentos modernos para administração da dívida pública;
- estruturação de equipe gabaritada para acompanhamento anual do Valor Adicionado Fiscal (VAF), dotando o Poder Executivo de informações confiáveis sobre as bases de geração de seu principal agregado de receita, o ICMS; e
- formulação de parceria e apoio às ações operacionais da Secretaria de Estado da Fazenda, visando a correta identificação de produtores e contribuintes e levantamento anual do VAF.